



Com crise, renda do trabalhador chegou a cair mais de 16% em 5 anos

De 9 setores da iniciativa privada analisados pelo IBGE, 5 tiveram quedas acentuadas – destaque para restaurantes e hotéis, construção e transporte

Douglas Gavras, O Estado de S. Paulo

Os anos de crise, além de terem destruído empregos e levado ao aumento da informalidade, também corroeram o rendimento dos trabalhadores da maioria dos segmentos. A depender da área de atuação, a perda real (já considerada a inflação) superou os 16% nos últimos cinco anos. De nove setores da iniciativa privada analisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cinco tiveram quedas significativas na renda que o trabalhador recebe habitualmente por mês.

Entre o primeiro trimestre de 2014, antes da recessão, e os três primeiros meses deste ano, os trabalhadores de alojamento e alimentação (de hotéis, pousadas, restaurantes ou vendedores de alimentos), da construção e do transporte foram os que tiveram as maiores perdas reais de rendimento, de 7,2% a 16,3%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) – Contínua, do IBGE, selecionados para o Estado pela consultoria LCA.

Entre os trabalhadores da iniciativa privada, apenas os da agricultura tiveram aumento real expressivo do rendimento habitual, de 5,2% durante esse mesmo período. No grupo que inclui quem trabalha no setor público, houve um aumento real ainda maior, de 7,5%.

A queda na renda das famílias e o aumento da informalidade – sobretudo em atividades ligadas aos serviços, como o transporte com aplicativos e a venda de alimentos – e o afundamento do setor de construção civil ajudam a explicar o menor rendimento que esses trabalhadores têm recebido, avalia o economista Cosmo Donato, da LCA.

Por um lado, as famílias têm menos condição de gastar com alimentação fora de casa, transporte e lazer hoje do que gastavam em 2014, diz Donato. “Por outro lado, desempregados da indústria e do comércio recorreram ao transporte e à alimentação para sobreviver, vendendo comida na rua ou se tornando motoristas de aplicativos, por exemplo. A informalidade puxou o rendimento para baixo.”

INFORME

O motorista particular e taxista Wallinson de Melo, de 34 anos, é um dos trabalhadores que sentiram o impacto do aumento da informalidade em seu segmento. “Até 2014, a gente conseguia tirar facilmente até R\$ 12 mil por mês. Foi quando realizei o sonho de comprar uma casa para a minha mãe, na Paraíba. Hoje, com sorte, ganho R\$ 6 mil. Com o desemprego, as pessoas trocaram o táxi pelo ônibus e a concorrência aumentou, muito engenheiro virou Uber. Aquele tempo não volta.”

Está sobrando mês

Crise reduziu ou congelou renda de diversos trabalhadores

Rendimento real habitual médio*



* Já considerada a inflação do período

ESTADÃO

Fonte: PNAD contínua e LCA Consultores

INFORME

Desequilíbrio

Muitos que perderam o emprego caíram na informalidade ou conseguiram novas vagas com remuneração mais baixa; quem se manteve empregado, não conseguiu ser promovido, avalia o economista da Universidade de Brasília (UnB) José Luís Oreiro. “O garçom de um restaurante com menos dinheiro no bolso gasta menos no mercadinho. O dono do mercadinho deixa de ir no restaurante. A queda no rendimento habitual gera um efeito negativo, em cascata, na economia.”

Desalento é maior entre as mulheres nordestinas

“A crise ainda se reflete na renda dos trabalhadores. O empresário que tinha planos de expandir, desistiu. Muitos hotéis passaram a desativar momentaneamente alguns andares, em períodos de movimento mais fraco”, acrescenta Darly Abreu, diretor do Sinthoresp (sindicato que reúne, entre outros, trabalhadores de hotéis, restaurantes, lanchonetes e bares).

Ele lembra que, além da renda habitual, quem trabalha em restaurantes ganha menos gorjetas do que antes da crise.

‘Dava até para escolher onde pagavam mais’

Quando Raimundo dos Santos, de 54 anos chega ao trabalho, ele não consegue deixar de comparar a situação atual do setor de construção civil com o que o setor era há cinco anos. “Nesta obra aqui devem ter umas 300 pessoas trabalhando. É muita gente. Mas não tem outro canteiro assim por aqui por perto. Em 2014, dava até para escolher onde pagavam mais.”

Desde 1990, ele trabalha construindo fachadas de edifícios residenciais em São Paulo. “Com esse salário, consegui criar meus três filhos e manter a minha família. Era um orgulho pensar que construí a minha casa com a mesma dedicação que tinha para construir a casa dos outros. Uma pena que tudo mudou tão rapidamente.”

Ele conta que, se há cinco anos conseguia tirar cerca de R\$ 7 mil, considerando o salário e as comissões, hoje o rendimento é de R\$ 3 mil. “Ainda bem que os meus filhos têm emprego, estão encaminhados. Até penso em voltar para a Bahia, mas todo mundo diz que lá as coisas estão ainda mais difíceis. O jeito é torcer.”

INFORME

Quando olha para a situação atual do mercado de trabalho, Raimundo diz que não vê uma solução próxima para a queda do desemprego, que atingia 13,2 milhões de pessoas no trimestre até abril, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. “Se o pobre e a classe média não conseguem trabalhar, como esse povo vai ter dinheiro para comprar a sua casa?”

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo (Sintracon), Antonio de Sousa Ramalho, diz que o piso do trabalhador do setor tem sido reajustado pela inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mas a renda caiu, afetada por comissões baixas e alta da concorrência, com o maior número de desempregados.

“O trabalhador ficou com um buraco na renda. O setor da construção perdeu mais de 1 milhão de postos de trabalho na crise. Os benefícios que as empresas davam para segurar os bons empregados ficaram no passado”, diz.

O professor da Universidade de Brasília (UnB) José Luís Oreiro avalia que a construção ainda deve patinar. “Ela foi expandida de 2008 a 2014, por investimento público, e ainda teve a bolha imobiliária, que aumentou o valor dos imóveis e estimulou lançamentos. Esses vetores estão ausentes agora. A recuperação vai demorar.”

A vida em tempo de desemprego

Há 3,3 milhões de trabalhadores há pelo menos dois anos à procura de uma ocupação remunerada. Esse número é 42,4% maior do que o de dois anos antes

Notas & Informações, O Estado de S.Paulo

A constatação de que em quase um quarto dos domicílios não há nenhum morador com renda gerada pelo trabalho mostra uma nova dimensão da tragédia social que a persistência da crise econômica torna cada dia mais dramática. Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) constataram que a proporção de domicílios sem renda do trabalho, que já era alta, está crescendo. Passou de 19% do total no início de 2014 para 22,2% no último trimestre de 2018 e 22,7% no primeiro trimestre deste ano.

Além de ser um dado que causa espanto, pelos dramas familiares que resume, essa informação se acrescenta a outras – como o número de desempregados, subocupados e pessoas disponíveis para trabalhar, mas que não encontram ocupação, que somam 28,4

INFORME

milhões de pessoas, ou o tempo cada vez maior que se leva para encontrar emprego – que mostram a severa deterioração do mercado de trabalho.

Para boa parte das pessoas que não têm ocupação adequada, o futuro próximo não é animador, pois as previsões mais otimistas são de que o mercado só começará a melhorar no ano que vem – se tudo caminhar bem.

De que vivem as pessoas abrigadas nesses domicílios se não é com a renda do trabalho? Decerto há entre elas as que formaram poupança suficiente para viver de outras rendas que não as geradas pelo trabalho. Há também quem viva de pensões e aposentadorias ou de benefícios sociais pagos pelo Estado. Mas a grande maioria enfrenta imensas dificuldades para sobreviver.

“A crise bateu muito forte no mercado de trabalho e mais forte no trabalhador menos escolarizado, com emprego de pior qualidade, e é esse trabalhador que tem sofrido mais com a crise”, disse ao **Estado** a economista Maria Andreia Parente Lameiras, umas das responsáveis pelo estudo sobre mercado de trabalho publicado na mais recente edição da revista Carta de Conjuntura editada pelo Ipea. Os menos preparados são, de fato, os mais vulneráveis, mas a crise atinge todos os tipos de trabalhadores.

Outra constatação do Ipea é a de que o tempo em que se fica desempregado está aumentando. Desagregando os dados da Pnad Contínua aferida mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os economistas do Ipea constataram que é crescente o número de pessoas que estão desempregadas há mais de dois anos. No primeiro trimestre de 2015, 17,4% dos desempregados estavam nessa situação há mais de dois anos; neste ano, a proporção subiu para 24,8%, ou praticamente um quarto dos desempregados. Isso significa que 3,3 milhões de trabalhadores estão há pelo menos dois anos à procura de uma ocupação remunerada. Esse número é 42,4% maior do que o de dois anos antes.

Outros milhões de trabalhadores deixaram de procurar um emprego que tentaram encontrar durante muito tempo e passaram a integrar o grupo de desalentados. Esse grupo é formado por pessoas que não procuraram emprego no período de referência da pesquisa por se considerar muito jovem, muito idoso ou pouco experiente, ou por acreditar que não encontraria oportunidade de trabalho. No primeiro trimestre deste ano, segundo o IBGE, o contingente de desalentados era formado por 4,8 milhões de pessoas.

“O mercado de trabalho é o pior retrato da crise econômica pela qual o Brasil está passando”, segundo Andrea Lameiras. “Estamos saindo da crise, mas muito lentamente, e o mercado de trabalho reage depois da economia como um todo.” Ou seja, quando a

INFORME

produção, o consumo e os investimentos voltam a crescer, o mercado do trabalho ainda leva um tempo para melhorar.

Mas não há ainda sinais claros de que a economia esteja se recuperando nem de que a questão esteja entre as preocupações prioritárias do governo. A atividade econômica continua muito baixa, menos intensa do que a observada nos dois últimos anos – quando o crescimento foi pífio –, o que torna mais distante a retomada do emprego.

O trabalho aos domingos

O número de setores econômicos autorizados a funcionar em caráter permanente aos domingos e nos feriados foi ampliado de 72 para 76

Notas & Informações, O Estado de S.Paulo

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia, ampliou de 72 para 76 o número de setores econômicos autorizados a funcionar em caráter permanente aos domingos e nos feriados, gozando o descanso semanal remunerado em outros dias da semana.

Além disso, a Secretaria informou que vem promovendo de forma gradual a revisão das normas reguladoras da saúde e de segurança no trabalho, com o objetivo de flexibilizar as atividades empresariais, sem desprezar a legislação trabalhista e sem pôr em risco os direitos dos empregados.

Antiga reivindicação da iniciativa privada, a autorização permanente para que os funcionários trabalhem aos domingos e nos feriados não compromete o pagamento de horas extras e atinge o comércio, a indústria, o setor de transportes em geral, a educação e cultura. Justificada pelo governo em nome do “dinamismo do setor produtivo” e do “espírito da liberdade econômica”, ela beneficiará a indústria de extração de óleos vegetais e de biodiesel, a indústria de bebidas derivadas da uva e do vinho, estabelecimentos destinados ao turismo e a indústria e os serviços de manutenção do setor aeroespacial.

“Com novos dias de trabalho nas empresas, mais pessoas serão contratadas”, disse nas redes sociais o titular da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho.

O mérito da portaria é libertar os diferentes setores da indústria e do comércio da camisa de força imposta pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada pela ditadura 6

INFORME

varguista em 1943, quando a economia era menos complexa do que hoje e eram outras as condições do mercado de trabalho.

Segundo o artigo 67 desse texto legal, a “todo empregado será assegurado um descanso semanal, de 24 horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte”.

O que tornou esse dispositivo anacrônico foram as novas técnicas de produção e de comunicação, que propiciaram uma crescente diferenciação funcional da economia em ramos de atividade cada vez mais especializados – portanto, com necessidades muito específicas, em matéria de trabalho.

Ou seja, à medida que a economia foi se modernizando ao longo das últimas sete décadas, a CLT acabou se convertendo em entrave.

A portaria assinada por Marinho remove assim um obstáculo jurídico inadmissível para um país que precisa crescer e gerar empregos. Um bom exemplo é o que ocorre no setor de revenda de automóveis, cujos dias de maior movimento são, justamente, os do fim de semana.

O problema é que, como as concessionárias estão impedidas de abrir todos os domingos e todos os feriados, sendo obrigadas a respeitar uma escala de revezamento mensal para conceder folga dominical a seus funcionários, isso dificultava a negociação de veículos.

Com a supressão dessa camisa de força e a subsequente ampliação das opções de compra por parte dos consumidores, uma concessionária prevê a criação de 8 mil vagas de emprego para atender à demanda de sua rede de lojas em todo o País.

Em outras palavras, todos ganham – os compradores podem escolher o dia segundo suas conveniências, as empresas não ficam mais expostas às fiscalizações das Delegacias Regionais de Trabalho e têm oportunidade de aumentar o faturamento e muitos empregos podem ser criados na economia formal, num momento em que a taxa de desemprego no País é de 12,5%, atingindo cerca de 13,1 milhões de brasileiros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Medidas sensatas e que podem ser implementadas sem maiores dificuldades políticas, como a adotada pela Secretaria Especial de Trabalho e Previdência, são uma forma simples, mas inteligente, de ajudar a retirar o País da estagnação econômica que enfrenta.

Toyota vai fechar 840 vagas nas fábricas de Sorocaba e Porto Feliz

O número é maior do que o previsto no mês passado, quando a empresa anunciou 340 cortes

Cleide Silva, O Estado de S.Paulo

A Toyota vai fechar 840 vagas nas fábricas de Sorocaba e Porto Feliz, no interior de São Paulo, número maior do que o previsto no mês passado, quando anunciou 340 cortes em razão principalmente da redução das exportações para a Argentina.

No grupo estão todos os 740 funcionários contratados por tempo determinado no ano passado para a abertura do terceiro turno na unidade de automóveis e 100 para a unidade de motores.

O turno extra será suspenso em ambas e há riscos de novas demissões, segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba,

No mês passado, quando anunciou a redução da produção, a montadora informou que seriam 340 cortes, a maioria de funcionários contratados temporariamente e uma parte de trabalhadores que aderissem a um programa de demissão voluntária (PDV).

Esses cortes já ocorreram nesta semana em Sorocaba, dos quais apenas 17 por adesão ao PDV.

O fechamento do terceiro turno e os 100 cortes em Porto Feliz, onde são feitos motores não estavam no plano.

Em nota, a Toyota do Brasil informa apenas que voltará a trabalhar em dois turnos nas unidades a partir de 05 de agosto

Ontem, em reunião com dirigentes sindicais, a Toyota informou que não renovará os contratos dos 400 temporários que ainda restam e que venceriam até setembro. “Fomos pegos de surpresa”, informa Soares.

“Além de fechar todo o turno, a empresa também disse que opera com ociosidade, tem estoque elevado – equivalente a 32 dias de vendas – e estuda novas demissões.”

A fábrica tinha 2,8 mil trabalhadores antes de começar as demissões.

INFORME

Em nota, a Toyota do Brasil informa apenas que voltará a trabalhar em dois turnos nas unidades de Sorocaba e Porto Feliz a partir de 05 de agosto de 2019.

Diz ainda que os ajustes ocorrem “por conta principalmente da queda das exportações e da variação cambial.

Corte de benefícios

Segundo Soares, no início da próxima semana será realizada uma assembleia com os trabalhadores para discutir ações contra os cortes.

“Queremos também uma garantia de que novos veículos serão feitos na fábrica (*que hoje produz os modelos Etios e Yaris*) para que a empresa volte a crescer e recontrate os demitidos de agora.”

O sindicalista diz que a empresa não tem garantias dos investimentos necessários para receber uma nova plataforma (base) para a produção de novos veículos globais, que estaria sendo disputada também pelas fábricas do México e da Ásia.

Com o terceiro turno, a capacidade produtiva da fábrica de Sorocaba foi ampliada de 108 mil para 160 mil veículos.

Neste ano, contudo, a previsão é de produzir 125 mil unidades, mesmo volume de 2018, dos quais 30% seriam exportadas, a maioria para a Argentina, que reduziu pedidos em razão da crise.

Para reduzir custos, a Toyota também propôs corte de benefícios para os trabalhadores das quatro fábricas do grupo, incluindo a de Indaiatuba, onde produz o Corolla, e a São Bernardo do Campo, voltada a componentes.

Entre as medidas, segundo Soares, está a suspensão de aumento real de salários até 2021, redução de participação nos lucros e coparticipação dos trabalhadores no plano de saúde.

(Fonte: Estado de SP – 24/06/2019)